

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 917.422 ESPÍRITO SANTO

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : RUTHLEIA BANDEIRA DA SILVA FARIA
ADV.(A/S) : EDILAMARA RANGEL GOMES ALVES FRANCISCO
RECDO.(A/S) : ESCELSA - ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS
S/A
ADV.(A/S) : LUIS FELIPE PINTO VALFRE

DECISÃO: O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao resolver questão de ordem suscitada no AI 664.567/RS, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, decidiu “(...) que a exigência da demonstração formal e fundamentada no recurso extraordinário da repercussão geral das questões constitucionais discutidas só incide quando a intimação do acórdão recorrido tenha ocorrido a partir de 03 de maio de 2007, data da publicação da Emenda Regimental nº 21, de 30 de abril de 2007 (...)” (grifei).

Cumpre observar que a parte ora agravante foi intimada do acórdão recorrido em data posterior à publicação da Emenda Regimental nº 21/2007, o que faz incidir, sobre ela, consoante definido em mencionado julgamento plenário, o ônus processual de proceder, em capítulo destacado e autônomo, à demonstração formal e fundamentada, no recurso extraordinário que deduziu, da repercussão geral das questões constitucionais.

É importante registrar, ainda, segundo decidido nesse mesmo julgamento (AI 664.567-QO/RS, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Pleno), que o Presidente do Tribunal recorrido, no exercício do controle prévio de admissibilidade recursal, dispõe de competência para verificar, em relação aos casos nos quais a intimação do acórdão recorrido tenha se verificado a partir de 03/05/2007, se o recorrente procedeu, ou não, à demonstração formal e fundamentada, em capítulo autônomo, no recurso extraordinário interposto, da repercussão geral das questões discutidas.

Essa visão do tema – que bem reflete a diretriz jurisprudencial firmada por esta Suprema Corte – foi exposta, de modo claro, por GLAUCO

GUMERATO RAMOS (“Repercussão Geral na Teoria dos Recursos. Juízo de Admissibilidade. Algumas Observações”, “in” Revista Nacional de Direito e Jurisprudência nº 84, ano 7, dezembro/2006, p. 53), **em lição** na qual reconhece **assistir** ao Presidente do Tribunal “a quo”, **competência** para examinar, *em sede de controle prévio de admissibilidade, a verificação* da demonstração formal e fundamentada, *em capítulo autônomo*, da repercussão geral, **só não lhe competindo** o poder – que cabe, *exclusivamente*, ao Supremo Tribunal Federal (CPC, art. 543-A, § 2º) – de decidir *sobre a efetiva existência*, no caso, *da repercussão geral*.

Esse **mesmo** entendimento **é perfilhado** por GUILHERME BEUX NASSIF AZEM (“A Súmula 126 do STJ e o Instituto da Repercussão Geral”, p. 91/95, item n. 2, “in” “Revista Jurídica” nº 358, agosto de 2007) e CARLOS AUGUSTO DE ASSIS (“Repercussão Geral como Requisito de Admissibilidade do Recurso Extraordinário – Lei 11.418/2006”, p. 32/46, item V, “in” “Revista Dialética de Direito Processual” nº 54, setembro 2007).

É claro que o juízo prévio de admissibilidade do recurso extraordinário, a ser exercido, em um **primeiro** momento, pela Presidência do Tribunal recorrido, **não se confunde** com o reconhecimento de que a matéria arguida no apelo extremo **possui, ou não, relevância** do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, **pois, quanto a esse aspecto, somente** o Supremo Tribunal Federal **dispõe de competência** para apreciar, *em cada caso, a existência*, ou não, *da repercussão geral*.

O exame dos presentes autos **evidencia** que a parte ora agravante, **ao interpor** o recurso extraordinário, **não demonstrou**, de forma fundamentada, “em preliminar do recurso” (CPC, art. 543-A, § 2º), a **existência, na espécie**, da repercussão geral, **o que torna incognoscível** o apelo extremo em questão.

Com efeito, não se indicaram, na espécie, os motivos **que justificariam**, no processo em exame, **o reconhecimento** de repercussão

geral da controvérsia constitucional **alegadamente** existente na causa em referência, **como se vê** da própria leitura **do capítulo** com que a parte ora agravante **pretendeu** satisfazer a exigência **inscrita** no art. 543-A, § 2º, do CPC, **acrescentado** pela Lei nº 11.418/2006 (fls. 122/123):

“REPERCUSSÃO GERAL

É inevitável que o objeto do presente recurso possui repercussão geral, art. 102, § 3º, CF e art. 543-A do CPC, projetando-se não apenas entre as partes litigantes, mas também na Administração Pública em geral e nas instâncias inferiores.

Não se pode esquecer que a finalidade do recurso extraordinário, como instrumento de direito processual, é a preservação da intangibilidade do ordenamento constitucional. O seu escopo é assegurar, nas situações concretas e individuais emergentes, o efetivo respeito à autoridade, à eficácia, à validade e a integridade ou inteireza positiva da Carta Magna.

A repercussão geral da matéria do presente recurso está na importância econômica, jurídica, social e política que o entendimento desta Corte trará às relações individuais e nos inúmeros casos idênticos ainda pendentes de apreciação jurisdicional.”

Vê-se, portanto, que se mostra insatisfatório, no caso, o cumprimento da prescrição legal **consubstanciada** no § 2º do art. 543-A do CPC, **acrescentado** pela Lei nº 11.418/2006.

É por isso que o Supremo Tribunal Federal *tem enfatizado* **caber** “à parte recorrente **demonstrar**, de forma expressa e acessível, **as circunstâncias** que poderiam configurar a relevância – **do ponto de vista** econômico, político, social ou jurídico – **das questões constitucionais** invocadas no recurso extraordinário”, **sob pena de a deficiência** (quando não a ausência) **da fundamentação inviabilizar** o apelo extremo interposto (**RE 611.023-AgR/RJ**, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, v.g.).

Cabe registrar, finalmente, que o entendimento ora exposto **tem sido observado**, em sucessivas decisões proferidas **no âmbito** do Supremo

ARE 917422 / ES

Tribunal Federal, a **propósito** dessa exigência formal **concernente** ao mencionado **pré-requisito de admissibilidade** do recurso extraordinário (AI 667.027/PI, Rel. Min. CELSO DE MELLO – RE 559.059/AC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO – RE 565.119/MG, Rel. Min. MENEZES DIREITO – RE 566.728/BA, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – RE 793.850/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*).

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **conheço** do presente agravo, **para negar seguimento** ao recurso extraordinário, *por manifestamente inadmissível* (**CPC**, art. 544, § 4º, II, “b”, na redação dada pela Lei nº 12.322/2010).

Publique-se.

Brasília, 06 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator